

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Duque de Caxias

2º Juizado Especial Cível da Comarca de Duque de Caxias

Rua General Dionísio, 764, Anexo, Jardim Vinte e Cinco de Agosto, DUQUE DE CAXIAS
- RJ - CEP: 25075-095

PROJETO DE SENTENÇA

Processo: 0816028-68.2025.8.19.0021

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: ----- RÉU: LIGHT SERVIÇOS DE

ELETRICIDADE SA

1- 1) RELATÓRIO:

Dispensado o relatório, passo à breve exposição dos fatos relevantes para o julgamento da demanda, na forma do art. 38, da Lei n.º 9.099/95.

Trata-se de ação pelo rito sumaríssimo, movida pela parte autora ----- contra a ré LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A. Narra a demandante que solicitou prestação de serviço da ré no dia 19/03/2025 sob o código de instalação nº 414353225, após ter firmado contrato de locação verbal, e que, no dia 27/03/2025 após forte explosão, o serviço foi interrompido; que realizou diversas reclamações, mas não houve restabelecimento. Requer em sede de tutela o restabelecimento da energia em sua residência no endereço -----, e danos morais.

A tutela foi deferida (id 183321420).

Em contestação (id 197853855), a ré alega que não possui qualquer registro de interrupção para a Unidade Consumidora da parte autora, assim como, quaisquer protocolos que tenham sido fornecidos inicialmente, se trata de números aleatórios que não pertencem a qualquer registro para com a Requerida; que a Concessionária verificou que a ação foi distribuída sob patrocínio do advogado -----, qual possui centenas (senão milhares) de ações contra a Light; que os números de protocolo que foram apresentados pela parte autora se trata de números de protocolos iniciais, disponibilizados para os consumidores assim que iniciam os contatos pelo telefone SAC da Concessionária; que a parte autora ligou para o SAC da Light, anotou o número de protocolo inicial oferecido, desligou o telefone antes de finalizar qualquer abertura de chamado/serviço. Alega que ante as evidências amplamente demonstradas acima, fica evidente que o autor deduz pretensão, amparada em fatos falsos e infundados, utilizando-se do processo para obter objetivo ilegal. Desse

modo, enquadra-se nas hipóteses da litigância de má-fé, previstas nos artigos 79 a 81 do Código de Processo Civil. Pugna pela improcedência dos pedidos.

Em manifestação sobre a defesa (id 198397930), a parte autora indicou ter ficado dez dias sem o serviço indevidamente.

Em AIJ realizada em 05/06/25, cuja assentada consta de id 198510731, restaram inconciliáveis as partes, e a parte ré requereu o depoimento pessoal da parte autora, que respondeu que “passou a residir no imóvel no mês 03/2024; que ficou sem energia no dia 27/03 até dia 06/04 do ano passado”, o que diverge muito da narrativa da inicial. Tais inconsistências fizeram com que o patrono Dr. ----- (OABRJ -----), que acompanhava a autora em audiência e subscreve a inicial, interferisse no depoimento, ao que foi advertido, tendo respondido que “ficou confuso”. Confrontada com os documentos acostados na inicial, a autora respondeu que “não se lembra desde quando está residindo nesse imóvel”.

As partes informaram não terem mais provas a serem produzidas, e os autos vieram conclusos para elaboração do projeto de sentença.

É o breve relato. Fundamento e decido.

2- 2) FUNDAMENTAÇÃO

Ante a ausência de preliminares ou prejudiciais, passo ao mérito.

No mérito, cumpre ressaltar que estamos diante de relação de consumo, na medida em que as partes autora e ré se enquadram nos conceitos de consumidor e fornecedor, na forma dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, de modo que aplicáveis as regras e princípios previstos no referido diploma legal, dentre eles a inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII, CDC).

A proteção dada ao consumidor pela Lei nº 8078/90, não tem como objetivo atacar o fornecedor. As normas contidas no estatuto consumerista visam garantir a isonomia entre as partes. A inversão do ônus da prova se aplica quando há verossimilhança nas alegações da parte autora ou quando o consumidor for hipossuficiente.

Compulsando os autos, nota-se que a parte autora, em seu depoimento pessoal (id 198510731), apresentou narrativa inconsistente e inverossímil, totalmente em desacordo com a petição inicial.

Na inicial, alega que ficou sem energia em 27/03/25, dias após ter solicitado abertura de contrato junto a ré no imóvel objeto da lide (19/03/25), ao passo que em audiência relatou que tais fatos se deram no ano de 2024 – ou seja, quando sequer havia pedido abertura de contrato junto ao réu no endereço informado, o que carece de sentido.

Na exordial a parte autora inclusive requereu tutela para restabelecimento do serviço que alegou ter sido interrompido em 03/2025, juntou contrato datado de 19/03/2025 (id 183315112) e protocolo de reclamação datado de 28/03/25 (id 183315110).

Ainda, após ser confrontada com os documentos da inicial, a parte autora indicou que não se lembrava desde quando morava no imóvel, o que, mais uma vez, não é crível, sobretudo considerando que na petição inicial apresenta narrativa de que em 19/03/2025 (menos de 3 meses da data da audiência) solicitou abertura de contrato com a ré, após supostamente ter firmado contrato de locação verbal.

A prova produzida em audiência compromete toda a credibilidade de sua narrativa, bem como a fidedignidade dos documentos por ela apresentados.

Não bastasse isso, em detida análise dos elementos trazidos aos autos pela autora, o documento de id 183315111 gera dúvidas quanto à sua autenticidade, na medida em que constam endereços distintos da autora: um corresponde ao endereço da instalação discutida no processo (-----), e outro, apresentado no documento como efetivo endereço da demandante é em outra Comarca (-----). No mais, este documento apresenta nota de rodapé com número de referência que aparentemente não pertence ao mesmo, com indicação de “Caso os dados bancários informados estejam incorretos para depósito em conta, o pagamento será feito via ordem bancária”. Assim sendo, tal documento apresenta indícios de falsificação.

Constata-se, ainda, que o documento de id 183315109 apresentado pela parte autora como “instalação sem débito” para demonstrar situação de adimplência, possui como CPF de consulta um número distinto do CPF da parte autora. O CPF apresentado é o de n. -----, e em consulta ao sistema PJe, é possível notar que pertence à Sra. “-----”, que foi representada pelo mesmo patrono que a autora destes autos, em processo de n. 080026454.2025.8.19.0211, que possui a exata mesma narrativa que a do presente.

Além de todos os elementos mencionados, em consulta ao PJE, é possível notar que o mesmo patrono distribuiu CENTENAS de demandas em face da Light apresentando idêntica narrativa (de solicitação recente de instalação de energia, ausência de emissão de faturas por se tratar de instalação recente, declaração de início com mesmos indícios de fraude, e com documentos que instruem o feito sempre iguais, alterando apenas dados do consumidor-autor e datas). A título de exemplificação, menciona-se os seguintes processos:

0801951-80.2025.8.19.0077

0801852-13.2025.8.19.0077
0801911-98.2025.8.19.0077
0801391-41.2025.8.19.0077
0816574-59.2025.8.19.0204
0817218-02.2025.8.19.0204
0815802-96.2025.8.19.0204
0813802-26.2025.8.19.0204
0816340-77.2025.8.19.0204
0814632-54.2025.8.19.0054
0814849-97.2025.8.19.0054
0815668-34.2025.8.19.0054
0822462-73.2025.8.19.0021
0820550-41.2025.8.19.0021
0820776-46.2025.8.19.0021
0820441-27.2025.8.19.0021
0817805-88.2025.8.19.0021
0817517-43.2025.8.19.0021
0816109-17.2025.8.19.0021 0816513-68.2025.8.19.0021

Assim, considerando que a parte autora e seu advogado – que inclusive interferiu em depoimento pessoal na tentativa de evitar a contradição autoral –, alteraram a verdade dos fatos, deve ser reconhecida a litigância de má-fé, nos termos dos artigos 79 e 80, incisos II do CPC.

Com relação à repetição de centenas de processos com a mesma narrativa, o que vem abarrotando o Poder Judiciário com demandas infundadas e com nítido propósito de enriquecimento sem causa, bem como diante da juntada de documentos fraudados, estamos diante de conduta reprovável por parte do advogado, que deve ser rechaçada e punida conforme os ditames legais, de modo que devem ser oficiados os órgãos competentes para apuração de eventual responsabilidade disciplinar e criminal do patrono.

3- 3) DISPOSITIVO:

Ante o exposto, resolvendo o mérito na forma do artigo 487, I, CPC JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Por conseguinte, REVOGO a decisão que antecipou os efeitos da tutela (id 183321420).

CONDENO a parte autora e seu patrono, de forma solidária, em litigância de má-fé, e com base no artigo 81 do CPC, fixo a multa em 10% do valor da causa em favor da empresa ré, bem como em honorários no valor de R\$ 1.000,00 e nas custas do processo, com base no artigo 55, I da Lei 9.099/95, não sendo cabível a gratuidade de justiça por se tratar de penalidade.

OFICIE-SE ao MINISTÉRIO PÚBLICO para apuração da existência de crime.

OFICIE-SE ao NUPECOF e ao CENIF/TJRJ.

OFICIE-SE à OAB/RJ para ciência e providências que entender pertinentes.

Submeto à homologação, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95.

DUQUE DE CAXIAS, 29 de julho de 2025.

MARIANA FERREIRA RODRIGUES PINTO

Assinado eletronicamente por: MARIANA FERREIRA RODRIGUES PINTO

29/07/2025 11:52:08 <https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento: 212561407



25072911520843700000201920912

IMPRIMIR

GERAR PDF